

PAULO FRANCIS, UM CONSERVADOR LIBERAL

Laís Oliveira¹

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a coluna conhecida como “Diário da Corte” de Paulo Francis, escrita na imprensa hegemônica nacional (*Jornal Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*) entre 1979-1997. Pretendemos mostrar que, sobretudo a partir da década de 1990, Francis não se tornara apenas um porta-voz do neoliberalismo como já apontara alguns estudos recentes a seu respeito, mas paralelamente adaptou uma visão conservadora e aristocrática de mundo a defesas políticas e econômicas liberais. Além disso, o ponto central deste trabalho é resgatar as nuances e prerrogativas histórico-sociais deste conservadorismo liberal do jornalista Paulo Francis. A metodologia utilizada para tratar das colunas do jornalista é aquela em que se busca recuperar os sentidos que os termos conservadorismo e liberalismo adquiriam naquele momento e de maneira mais influente sobre o jornalista. Constatou-se que, no período em tela, o jornalista se posicionava como um liberal em termos econômicos e políticos, mas conservador em termos éticos e sociais.

Palavras-chave: Paulo Francis; conservadorismo liberal; democracia.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the column known as “Diary of the Court” by Paulo Francis, written in the national hegemonic press (*Folha de São Paulo* and *O Estado de São Paulo*) between 1979 and 1997. We want to show that, especially since the 1990s, Francis had not only become a spokesman for neoliberalism, as he had pointed out some recent studies about it, but at the same time adapted a conservative and aristocratic view of the world to liberal political and economic defenses. Moreover, the central point of this work is to recover the nuances and social-historical prerogatives of this liberal conservatism of journalist Paulo Francis. The methodology used to deal with the columns of the journalist is one in which one seeks to recover the senses that the terms conservatism and liberalism acquired at that moment and in a more influential way about the journalist. It was found that, in the period in question, the journalist was positioned as a liberal in economic and political terms, but conservative in ethical and social terms.

KeyWords: Paulo Francis; Liberal conservatism; democracy

¹ Mestre em Ciências Sociais. Este trabalho é uma versão revista da introdução e capítulo 3 da minha dissertação de mestrado, defendida recentemente, com o mesmo título, em abril de 2017 no PPGCSO (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) da UFJF – contato: lagizdecera@gmail.com.

Introdução

Franz Paul Trannin da Matta Heilborn, mais conhecido como Paulo Francis, foi um jornalista brasileiro que ficou bastante conhecido nas décadas de 1980-90 devido ao seu jeito único de falar com voz arrastada e inebriada, que emitia “frases curtas em *staccato*, definitivas e cínicas²”. (KUCINSKI³, 2000) Ao longo de quase 50 anos de carreira, Francis foi um jornalista que construiu um personagem de si mesmo⁴, engraçado e caricatural, transformando-se no fim da vida na década de 1990 em um grande *show man* do jornalismo brasileiro. Este personagem era o polemista⁵, contraditório, às vezes virulento nos ataques a personalidades públicas, mas sempre ilustrado e bem informado, que nunca se posicionou bem e claramente em termos políticos e ideológicos. Como bem notou Eduardo Sterzi (2000, p. 1) “se o Francis comunista podia ser escandalosamente elitista em seus gostos e posições, o Francis conservador também se mostrou eivado de um anarquismo insopitável”.

² Sobre este ponto há uma dissertação de Mestrado em Psicologia Social escrita por Marcello de Oliveira Pereira. Segundo Alexandre Batista (2015) “o autor parte do pressuposto de que o cinismo está intimamente relacionado ao individualismo. [...] Paulo Francis apresentaria assim, características presentes no cinismo da antiguidade e do cinismo moderno. [...] Dessa maneira, apresentaria pouco caso ou desfaçatez ao comentar temas polêmicos e sensíveis sob o ponto de vista social”, (p. 26) além de fazer uso do pessimismo e do tédio para tratar tanto os assuntos sérios quanto os frívolos. Cf. PEREIRA, Marcello de Oliveira. **O cinismo nas crônicas de Paulo Francis**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: RS, 1997.

³ O texto de Kucinski foi lido *on-line* por este motivo não referencio a página exata da citação. Este texto é parte de um livro organizado por Ligia Chiappini, a saber, KUCINSKI, Bernardo. **O método Paulo Francis**. In: CHIAPPINI, Ligia. (Org.). *Brasil, país do passado?* São Paulo Edusp/Boitempo, 2000; p. 276-285. Disponível em: http://kucinski.com.br/visualiza_noticia.php?id_noticia=407. Acesso em: 16 de junho de 2017

⁴ Também sobre este ponto há uma dissertação de Mestrado em Comunicação Social escrita por Manuel Petrik. onde este autor “[...] busca analisar a articulação da polêmica por cronistas, partindo de pressupostos teóricos da linguística e da comunicação, [...] aprofundando temas específicos do jornalismo para a observação da atuação de dois polemistas brasileiros, Paulo Francis e Diogo Mainardi (PETRIK, 2006, p. 3) Além disto, Petrik traz a ideia de que “muito da atração causada pelo polemista é explicada pela forma como ele cria o personagem de si mesmo. [...] Mesmo sem se reverenciar a si próprio, por uma série de mecanismos, o *eu* do enunciador se auto-representa, indistintamente presente.” (PETRIK, 2006, p. 21-22) Cf. PETRIK, Manuel. **O Duelo Verbal: um estudo sobre o polemista no jornalismo**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Porto Alegre: RS, 2006

⁵ Cf. *Ibidem*

Paulo Francis também ficou bastante conhecido pelo caminho ideológico de ruptura e ambiguidades que percorreu. Sua carreira jornalística teve início nos finais dos anos 1950 como crítico de teatro e cultura após uma breve, porém profícua carreira de ator e diretor teatral. Na década de 1960, já tendo abandonado o jornalismo cultural e ingressado de vez no jornalismo político, Francis, paralelamente a outros trabalhos em outros periódicos, fez parte da fundação do semanário alternativo de humor *O Pasquim*⁶e:

ideologicamente, era alinhado a esquerda e considerado um trotskista pela força dos seus argumentos e posição frente aos desequilíbrios do Regime Militar brasileiro e fatos internacionais, como a invasão do Vietnã pelos EUA, o que o levou a ser preso, em dezembro de 1968, logo após a promulgação do AI-5. Em 1971, mudou-se definitivamente para Nova York, iniciando sua brilhante carreira de correspondente internacional e colaborando, à distância, com diversos jornais e revistas brasileiros (*O Globo, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo*), bem como a televisão. Aos poucos abandonou alguns dos seus posicionamentos ideológicos, redefinindo-os em outra direção, com que ganhou a pecha de conservador, esnobe, elitizado e de direita. (RODRIGUES, 2016, p. 1)

Existe hoje disponíveis uma tese de doutorado, sete dissertações de mestrado (sendo uma que acabou virando livro de George Moura⁷), e textos publicados na internet que segundo a jornalista Sônica Nolasco, viúva de Francis, contabilizam “mais de 750 páginas na internet sobre o polemista.” (NOLASCO, Sonia *apud* PETRIK, 2006, p. 84). Num primeiro momento este trabalho teve de ser elaborado a partir de uma síntese destes diversos estudos feitos sobre o jornalista Paulo Francis, e a nossa principal preocupação foi trazer um ponto ainda inédito. Um

⁶ Criado em 1969 *O Pasquim* existiu durante boa parte da ditadura militar como periódico alternativo de humor e crítica ao governo brasileiro. Francis se juntou ao núcleo fundador já no primeiro ano de existência do jornal, “debutando” no número 6 com um texto sobre o Marquês de Sade. Segundo Bernardo Kucinski, o hebdomadário provocou uma revolução na linguagem do jornalismo brasileiro instituindo “uma oralidade que ia além da mera transferência da linguagem coloquial para a escrita do jornal. Essa revolução, semi-apreendida pela imprensa nos anos seguintes, teve impacto profundo na publicidade”. (KUCINSKI, 1991, p. 108)

⁷ O livro de George Moura em questão, trata do material produzido por Francis enquanto crítico de cultura no Diário Carioca em finais da década de 1950. Cf. MOURA, George. **Paulo Francis: O soldado Fanfarrão**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1996

destes estudos será agora mencionado, pois que levanta temas com os quais a pesquisa dialoga diretamente.

Alexandre Batista (2015), em tese de doutorado recente, narra a trajetória de Francis, desde a sua fase trotskista na década de 1960 até sua fase mais conservadora nos anos 1990, concentrando-se este estudo em como o jornalista “manifestou o seu papel de intelectual” (BATISTA, 2015, p. 11). A problemática da ruptura ideológica de Francis é tratada por Batista através de dois eixos: primeiro, partindo do pressuposto de que a mesma é obra de seus principais biógrafos⁸, os quais teriam construído duas fases distintas na vida do jornalista, uma anterior e outra posterior ao ano de 1975, que “marcaria sua ruptura com o trotskismo”, (BATISTA, 2015, p. 12) e o seu ingresso na grande imprensa nacional. Embora Batista considere razoável essa construção, também em seu estudo outras nuances dentro da trajetória intelectual de Francis se fazem perceber, como por exemplo, o fato de que já nos anos 1960-70 havia muita incerteza⁹ quanto ao teor trotskista e esquerdista das ideias do jornalista. Em seu estudo Batista declara

que Francis, aparentemente, não militou em quaisquer organizações trotskistas ou, pelo menos não as mencionava em seus textos, limitando-se a falar sobre Trotsky ou seus comentadores. [...] (Além disso a sua

⁸ Os biógrafos em questão foram os mesmos utilizados por mim para tratar da vida e obra do jornalista Paulo Francis. A saber, JORGE, Fernando. **Vida e obra do plagiário Paulo Francis**. São Paulo: Geração Editorial, 1996. NOGUEIRA, Paulo Eduardo. **Paulo Francis: polemista profissional**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010. PIZA, Daniel. **Paulo Francis: brasil na cabeça**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

⁹ Outro estudo, este de Alexandre Fonseca (2001), traz uma conclusão semelhante. Analisando grande parte do material produzido por Francis enquanto escreveu no jornal *Última Hora* no final dos anos 1950 e início dos 1960, especificamente até o Golpe de 1964, Fonseca mostra, como neste período, Francis dizia abertamente não pertencer (de fato) a nenhum grupo ideológico e sempre se colocava como independente, “considerando-se a única voz lúcida e prática das esquerdas. [...] Ele podia ser considerado como um intelectual de esquerda, apesar de que, nas suas colunas, quando se referia à direita, à esquerda ou ao centro, dizia sempre ‘eles’. Nunca se incluía.” (FONSECA, 2001, p. 66) Segundo Fonseca, o jornalista criticava o excesso de teorização das esquerdas naquele momento, e para ele, junto aos nacionalistas não esquerdistas e aos progressistas de diversos matizes a mesma “perdia tempo em agitações truculentas, ou ainda em teorizações incompreensíveis. [...] Insistia que seu discurso deveria ser mais prático e menos ideológico, batendo reiteradamente nesta tecla, chegando a ser cansativo”. (FONSECA, 2001, p. 66) Cf. FONSECA, Alexandre Torres. **Paulo Francis, do teatro à política: “Perdoa-me por me traíres”**. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

crítica ao stalinismo é insuficiente para caracterizá-lo como trotskista. Até mesmo as suas inclinações socialistas, na prática, são difíceis de identificar, haja vista a sua atuação orgânica pré-1964 junto ao projeto nacional-desenvolvimentista perseguido no PTB, no *Última Hora*, e reafirmado em seus textos feitos no pré-AI5, quando apoiou abertamente, mesmo com alguma hesitação, a corrente nacionalista da ditadura, contrária à corrente representada por Castello Branco. Francis revelou-se continuamente um intelectual pragmático, bradando a necessidade de optar sempre pelo “mal menor”. (BATISTA, 2015b, p. 1-5)

Num segundo eixo, Batista trata da “ruptura” ideológica de Paulo Francis concluindo basicamente que o jornalista, ao acompanhar um movimento da grande imprensa nacional da qual fez parte, alinhou-se progressivamente nas décadas de 1980 e 1990 à agenda “ultraliberal”¹⁰, transformando-se nos anos 1990 num intelectual orgânico vulgarizador desta agenda no país. Para Alexandre Batista (2015) conforme estudo de Francisco Fonseca em sua obra *O consenso forjado* “o ultraliberalismo começa a ser defendido hegemonicamente nos principais periódicos da imprensa brasileira em caráter uníssono a partir da segunda metade da década de 1980”. (BATISTA, 2015b, p. 11) A conversão ideológica de Francis, segundo Batista, operada em meio às suas colunas no “Diário da Corte” já na primeira metade da década de 1980 e “o início de sua condição orgânica em favor da construção de uma agenda ultraliberal para o país”, (BATISTA, 2015b, p. 5) será coincidente com a mesma alteração editorial da *Folha de São Paulo* pois

até aquele momento (primeira metade da década de 1980), o jornal defendia um modelo de desenvolvimento capitalista próximo ao que se entende por “nacional-desenvolvimentismo”, bastante similar ao que Francis alimentava simpatias em suas posições pragmáticas desde que começou no jornalismo político. (BATISTA, 2015b, p. 5)

¹⁰ Alexandre Batista (2015) prefere utilizar o termo ultraliberalismo no lugar de neoliberalismo, desta forma fazendo o mesmo que autores como Francisco Fonseca e Virgínia Fontes, pois para estes autores o termo neoliberal foi muito vulgarizado pela imprensa nacional e mais coloca dúvidas do que esclarece. Cf. FONSECA, Francisco. **O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2005

O presente estudo concorda com este ponto, porém tentando esclarecer melhor questões que Batista deixou em aberto, e principalmente tratando das questões ideológicas de Francis em termos de conservadorismo e liberalismo. Também a suposta conversão ou ruptura ideológica do jornalista não foi ainda considerada em sua totalidade¹¹ como nosso objeto de estudo, uma vez que nos concentramos em analisar apenas um momento da carreira do jornalista. Mostraremos a seguir, que Paulo Francis posicionara-se em termos ideológicos nos anos 1990 como um jornalista que chamaremos não de “ultraliberal”, mas de conservador liberal. O ponto central deste trabalho será então, resgatar as nuances e prerrogativas histórico-sociais do conservadorismo liberal do jornalista Paulo Francis. Para tanto, identificamos no material que produziu para os jornais diários, argumentos que faziam do jornalista ora um conservador, ora um liberal. Pretendemos mostrar que, sobretudo a partir da década de 1990, Francis não se tornara apenas um porta-voz do neoliberalismo como apontou Batista, mas paralelamente adaptou uma visão conservadora e aristocrática de mundo a defesas políticas e econômicas liberais.

Para realizar a análise resgatamos dois momentos: aquele da redemocratização do Brasil (1979-1989) que é coincidente com a chegada do ideário neoliberal no país segundo Lidiane Friderichs (2016) e momento em que, constatamos, o jornalista se posicionou de maneira contrária ao movimento popular pelas “Diretas Já!” e à elaboração da Constituinte de 1988, e aquele de finais da década de 1990, período em que Francis sofreu a iminência de ser processado pelos diretores da Petrobrás e defendeu veementemente a liberdade de expressão jornalística e seu antiestatismo. O material analisado¹² foi retirado dos acervos *on-line* dos jornais *Folha de São Paulo* para o período da redemocratização e jornal *O Estado de São Paulo* para o período de finais da década de 1990. A escolha do material se deu pelas opiniões emitidas pelo jornalista em torno de

¹¹ Em minha dissertação de mestrado no capítulo 2, ainda que de maneira breve, tentamos mostrar como o Francis crítico cultural, mesmo estando à frente de um projeto de renovação e modernização do teatro brasileiro em finais da década de 1950, se portou também de maneira conservadora, porque machista e sexista no episódio polêmico entre ele e a atriz Tônia Carrero. Cf. OLIVEIRA, Laís. **Paulo Francis, um conservador liberal**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Juiz de Fora: MG, 2017

¹² Também os livros dos jornalistas Nelson de Sá e Daniel Piza, nos serviram como referenciais para encontro do material produzido por Francis, a saber, PIZA, Daniel. (Org.). FRANCIS, Paulo. **Waal: o dicionário da corte de Paulo Francis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, SÁ, Nelson de. (Org.). **Diário da Corte: crônicas do maior polemista da imprensa Brasileira**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

temas relacionados ao conservadorismo liberal como liberdade, meritocracia, propriedade privada, democracia e direitos sociais. A metodologia utilizada para tratar das colunas de Paulo Francis foi tal como sugerido por Karl Mannheim¹³ (1981) em que o pensamento é visto como “produto de circunstâncias históricas e sociais particulares [...] dependendo sempre de um conjunto concreto de circunstâncias”. (MANNHEIM, 1981, p. 11) Desta forma o trabalho buscou recuperar os sentidos que os termos conservadorismo e liberalismo adquiriam naquele momento e de maneira mais influente sobre o jornalista.

As origens e o significado de conservadorismo liberal

Há certo consenso com relação à dificuldade existente para se definir o que é conservadorismo e liberalismo uma vez que os dois conceitos tiveram seu significado bastante modificado ao longo da história.

Para Allan Johnson, em seu Dicionário de Sociologia (1997):

O liberalismo tem suas origens no Iluminismo europeu e no conflito entre os empreendedores capitalistas do mercado livre e a aristocracia feudal fortemente enraizada. Baseia-se em um compromisso com a liberdade do indivíduo. (JOHNSON, 1997, p. 51)

Este liberalismo clássico ou *protoliberalismo*, na definição de Merquior (1991), surgiu como um conjunto de ideias éticas, políticas e econômicas da burguesia em oposição à visão de mundo da nobreza feudal.

Já o conservadorismo pode ter dois sentidos diversos. O seu sentido mais técnico e costumeiro evoca a ideia de conservar ou “manter algo intacto. Esta ideia tem sido datada do século XIV. Autores como Russel Kirk¹⁴ e Robert Nisbet,

¹³ A sociologia da cultura, disciplina fundada por Karl Mannheim que vem a ser uma extensão da sua sociologia do conhecimento, se aplica a compreender os intrincados mecanismos entre pensamento e situação social. Para este autor “a chave para a compreensão das mudanças nas ideias deve ser encontrada nas circunstâncias sociais em mudança, principalmente no destino dos grupos ou classes sociais que são os “portadores” desses estilos de pensamento”. (MANNHEIM, 1981, p. 78)

¹⁴ Russel Kirk é um nome importante do conservadorismo americano tendo escrito um livro referência no assunto: *The Conservative Mind*. Segundo Robert Nisbet (1987) o livro à época de seu lançamento deu um prestígio erudito ao conservadorismo na Inglaterra e EUA, tendo sido assunto de primeira página da revista *Time*.

ênfatisam sua origem medieval.” (VICENT, 1995, p 65) Já o seu sentido político “é geralmente datado de depois da Revolução Francesa”, (VICENT, 1995, p 65) e os acontecimentos que geraram na França as famosas reflexões de Edmund Burke publicadas em 1790 sob o título de *Reflections on the Revolution in France*.¹⁵

Para Karl Mannheim (1981) este conservadorismo¹⁶ político é um *estilo*¹⁷ de pensamento, consciente e reflexivo, surgido no bojo dos acontecimentos que deram origem ao chamado mundo Moderno, em oposição ao movimento progressista, altamente organizado, coerente e sistemático da burguesia racional e capitalista. Podemos definir este conservadorismo surgido após a Revolução Francesa como um tipo clássico de conservadorismo de estilo europeu, e que defendia basicamente “o nacionalismo, o corporativismo, o estado assistencialista, o estado moralizador, e nuances do tipo” (VICENT, 1995, p. 75).

Entretanto, há outro tipo de conservadorismo de estilo americano que nada tem a ver com este acima. Segundo o autor que faz nota introdutória ao texto de Friedrich Hayek, *Por que não sou conservador*¹⁸, no site do Instituto Ludwig Von

¹⁵ Edmund Burke foi um estadista irlandês, membro do parlamento londrino pelo Partido *Whig* – de inclinações liberais. Suas reflexões foram feitas a um correspondente seu na França em forma de carta, e posteriormente publicadas sob a forma de livro em 1790. O texto fora escrito, “imediatamente após o desencadeamento do processo revolucionário jacobino, sendo traduzido e disseminado rapidamente em francês, alemão, italiano e espanhol. Há relativo consenso, no debate sobre o pensamento social e político fundado na modernidade, quanto às *Reflexões* de Edmund Burke, constituírem-se como ponto de partida do conservadorismo clássico. Manifesto dos interesses políticos e econômicos aristocráticos, as *Reflexões* se estabelecem como o marco da tradição conservadora. Nelas, estão condensados também os ideais culturais e simbólicos das classes sociais golpeadas pela Revolução Francesa, com destaque para a aristocracia feudal”. (SOUZA, 2016, p. 362)

¹⁶ Além disto, o conservadorismo enquanto produto reflexivo e consciente é completamente diferente do mero tradicionalismo – este último conceito retirado por Mannheim do pensamento de Max Weber. Para Mannheim o tradicionalismo significa um conservadorismo natural: “uma tendência a se apegar a padrões vegetativos, a velhas formas de vida que podemos considerar razoavelmente universais e onipresentes. A palavra designa em grau maior ou menor a característica psicológica formal de toda mente individual. O conservadorismo seria em última análise o tradicionalismo tornado consciente [...] devido ao caráter dinâmico do mundo moderno (só existente, portanto neste mundo)”. (MANNHEIM, 1981, p. 110)

¹⁷ Mannheim acredita que o pensamento humano também se desenvolve por “estilos”, como definido pela história da arte. Para ele há diferentes escolas de pensamento distinguíveis pelos diferentes modos como foram utilizados padrões e categorias de pensamento. Assim deve ser perfeitamente possível situar um texto anônimo como se situa uma obra de arte anônima, se nós apenas nos dermos ao trabalho de reconstruir os diferentes estilos de uma determinada época e suas variações de indivíduo para indivíduo. (MANNHEIM, 1981, p. 79-80)

Mises Brasil¹⁹:

o conservadorismo de estilo europeu, ao contrário do americano, não tem raízes no liberalismo clássico. Pela luz da história, os legítimos conservadores europeus foram os contra revolucionários franceses, o antigo partido Tory inglês e seu filhote, a conhecida “Democracia-cristã”, tão representada pelos partidos de direita na Europa. (HAYEK, 2017, com grifo meu. Disponível em: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2375>. Acesso em: 26 de julho de 2017).

Nota-se que existem diferenças de tom e circunstância do pensamento conservador nos diferentes países. Para este trabalho a história do conservadorismo nos EUA nos interessa mais, pois é bastante provável que o jornalista Paulo Francis tenha sido bastante influenciado pelos seus contornos na década de 1980-90.

Novamente segundo o autor, que faz nota introdutória ao texto de Friedrich Hayek no site do Instituto Ludwig Von Mises Brasil:

O chamado “conservadorismo anglo-saxônico”, em especial o surgido nos EUA com a “Old Right”, nada tem de conservador (sob a visão europeia). Esse conservadorismo americano se baseava na liberdade individual, na defesa da vida e da propriedade, na liberdade de empreendimento e de comércio. Trata-se da essência da ideia de conservação da liberdade, ideia essa oriunda diretamente do liberalismo clássico. Em suma, ao contrário da Europa, nunca houve um conservadorismo de raiz nos EUA. Os verdadeiros conservadores – no sentido americano, e não no europeu – sempre foram os liberais clássicos. (HAYEK, 2017, com grifo meu. Disponível em: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2375>. Acesso em: 26 de julho de 2017).

Estes conservadores americanos, que no sentido europeu de conservadorismo

¹⁸ HAYEK, Friedrich A. **Por que não sou conservador**. In: MISES BRASIL (INSTITUTO LUDWIG VON MISES BRASIL), 2016. Disponível em: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2375>. Acesso em: 23 de maio de 2017

¹⁹ Em seu site, o Instituto é definido como “uma associação voltada à produção e à disseminação de estudos econômicos e de ciências sociais que promovam os princípios de livre mercado e de uma sociedade livre.” (Disponível em: <http://www.mises.org.br/About.aspx>. Acesso em: 23 de maio de 2017)

são apenas liberais desejosos de conservar a liberdade, segundo este autor

nunca defenderam a intromissão na vida alheia. Eles, por exemplo, são moralmente contra o uso de drogas e contra a homossexualidade, mas sempre se opuseram veementemente a qualquer tentativa do governo de moldar a sociedade, pois sabem que as consequências que isso gera são ainda piores do que qualquer vício (algo que, em última instância, é um problema apenas individual). [...] Conservadores genuínos sabem que o governo não pode fazer com que o indivíduo se aprume e passe a seguir bons hábitos. [...] (HAYEK, 2017. Disponível em: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2375>. Acesso em: 26 de julho de 2017)

Como definiu Friedrich Hayek em seu texto *Por que não sou conservador*²⁰, “verdadeiros” liberais como ele, Hayek, ao resistirem à invasão da esfera da liberdade individual propagada pelos movimentos progressistas, se colocam, à primeira vista, lado a lado com os conservadores resistentes às mudanças. A defesa da liberdade individual tal como proferida pelo jornalista Paulo Francis, sobretudo no anos 1990, em que o Estado não deveria em hipótese alguma administrá-la ou intervir em seus assuntos, além de se assemelhar muito a esta afirmação de Hayek, se assemelha também ao conservadorismo de outro importante nome, Michel Oakeshott²¹, autor que estabelece não uma crença nem uma doutrina, mas uma forma de ser e de estar onde ser conservador é ser contrário tanto às mudanças quanto à presença do Estado resolvendo os conflitos individuais, como também interferindo na economia. Para Oakeshott:

A função do governo consiste simplesmente em governar, não em impor outras crenças e atividades aos seus súditos. A imagem do governante deve

²⁰ HAYEK, Friedrich A. **Por que não sou conservador**. In: MISES BRASIL (INSTITUTO LUDWIG VON MISES BRASIL), 2016. Disponível em: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2375>. Acesso em: 23 de maio de 2017

²¹ “Michael Joseph Oakeshott (1901-1990) é considerado um dos mais importantes filósofos conservadores do século passado, embora seja um nome quase desconhecido no meio acadêmico brasileiro. [...] Sobre a contribuição de Oakeshott, Bhikhu Parekh considera sua obra uma proposta original em torno do conservadorismo, libertando-o das “tradicional amarras da religião, historicismo, moralismo, hierarquia social e nacionalismo, ao mesmo tempo em que o reedificava sobre uma epistemologia cética e uma teoria da identidade humana rigorosamente construída.” (MARCHIORI NETO; FERRI, 2015, p. 101-102)

a ser a de um árbitro cuja função consiste em aplicar as regras do jogo, ou a de um moderador que dirige um debate sem dele participar. [...] A principal e talvez a única atividade especificamente econômica de um governo deve ser a manutenção de uma moeda estável. (OAKESHOTT, 2014, p. 25)

Paulo Francis a partir do ano de 1975, ao se tornar correspondente internacional em Nova York para o jornal *Folha de São Paulo*, tomou contato de um movimento de renascimento do conservadorismo americano que teve, segundo Robert Nisbet (1987), início quando da publicação de *Road to Serfdom (Caminho da Servidão)* de Frederick Hayek em 1944²² e chegou ao seu ápice na década de 1980 com a eleição de Ronald Reagan – o primeiro presidente da história americana a se declarar orgulhosamente conservador. Para Nisbet, tudo isso havia sido uma proeza, pois na América o conservadorismo nunca havia sido algo popular, talvez devido a “fraqueza de uma tradição feudal, que impediu o país de produzir as nítidas divisões ideológicas que eram vulgares na Europa.” (NISBET, 1987, p. 156)

Contudo, além de compartilhar das ideias emanadas do centro do neoliberalismo conservador em finais do século XX que fora a cidade de Nova York, Francis, sobretudo a partir da década de 1990, ao assumir o seu ódio com relação à democratização da cultura e da política, o que será melhor detalhado a seguir, também fez eco ao pensamento de Alexis de Tocqueville – considerado, inclusive, um liberal clássico.

Para Andrew Vicent (1995) muitos autores sustentam que “o conservadorismo de espírito liberal surge de fato com Alexis de Tocqueville”, (VICENT, 1995, p. 77) mas remonta ao livro *Thoughts and Details on Scarcity*²³ de Edmund Burke. Outra pesquisadora, Thais Aguiar (2011), acredita que Alexis de Tocqueville “foi um dos autores que melhor expressou no pensamento político”, (AGUIAR, 2011, p. 619) uma sensibilidade de origem aristocrática que apreciava “uma disposição de coisas que a democracia tendia a dissolver”. (AGUIAR, 2011, p. 619) A autora

²²Segundo Robert Nisbet (1987) importante frisar que antes desta publicação já havia nomes importantes do conservadorismo americano como H.L Mencken e T. S. Eliot.

²³Este livro de Burke não tem tradução para o português até o momento. Foi escrito por Edmund Burke ao primeiro ministro da Grã-Bretanha, William Pitt e publicado postumamente em 1800. É o livro em que Burke defende a sua ideia de economia liberal. Cf. PREECE, Rod. **The Political Economy of Edmund Burke**. In: MODERN AGE: a conservative review. Summer 1980 - Vol. 24, No. 3. Disponível em: https://isistatic.org/journal-archive/ma/24_03/preece.pdf. Acesso em: 05 de junho de 2017

demonstra em estudo, a hipótese de que “a teoria democrática se reinventou na modernidade tendo em relevo o medo das massas”, (AGUIAR, 2011, p. 619) processo que dará o nome geral de “demofobia”.

José Guilherme Merquior (1991), ao tratar da inflexão conservadora sofrida pelo liberalismo clássico a partir do século XX, chega a uma conclusão semelhante. Para ele

os primeiros liberais conservadores do século XX relutavam todos ou eram ambivalentes diante da democracia. [...] O resultado claro da inflexão conservadora da doutrina liberal, portanto, foi um recuo aberto ou interno, manifesto ou coberto da democracia liberal. (MERQUIOR, 1991, p. 150)

Nesse liberalismo conservador as tradições não impendem a mudança adaptativa e o organicismo não exclui a modificação parcelada das instituições e procedimentos. Edmund Burke, considerado o pai desta forma de pensamento (como também do próprio conservadorismo clássico), tinha um respeito pela tradição nem sempre reacionário “recorrendo ao mesmo argumento em favor dos velhos direitos”. (MERQUIOR, 1991, p.111) O conservadorismo de Burke, segundo Merquior, era politicamente liberal e também economicamente moderno. O próprio Adam Smith o elogiou “por sua perfeita compreensão da economia liberal”. (MERQUIOR, 1991, p. 111)

Para Andrew Vicent (1995) nos anos pós-segunda Guerra Mundial o conservadorismo liberal “centra suas críticas no domínio do setor público, nos programas estatais e de previdência, atacando o crescimento do Estado, almejando a desregulamentação e a privatização”. (VICENT, 1995, p. 75) Para este autor provavelmente o mais famoso dos grupos intelectuais de uma certa tradição do conservadorismo liberal é a sociedade *Mont Pelérin* chefiada por Frederick Hayek em 1947. Esta sociedade:

reuniu uma série de intelectuais das áreas de economia, filosofia e história, na cidade de Mont Pelerin (Suíça) para discutir o destino do liberalismo e fomentar um espaço de debates e produção em torno do que consideravam os perigos da sociedade da época e apresentar as propostas de superação desses males a partir da aplicação das doutrinas (neo)liberais. (FRIDERICHS, 2016, p. 113)

Através da leitura do material jornalístico produzido pelo jornalista Paulo Francis, em finais do século XX, identificamos em seu discurso textual, uma desconfiança aristocrática com relação à presença das massas na democracia e na cultura, misturada a defesas “liberais-clássicas” em temas como liberdade e religião, e “neoliberais” em temas como defesa da propriedade privada e o livre-mercado. De maneira pragmática, cética e oportuna, características dos conservadores clássicos segundo Andrew Vicent (1995), o jornalista se colocava também extremamente contrário à presença da burocracia e do Estado, principalmente, na resolução dos assuntos da esfera individual e na promoção dos direitos sociais²⁴ às minorias. Desta forma, acreditamos que um possível mapa conceitual para definir o conservadorismo liberal do jornalista, seria que, a partir da década de 1990 o mesmo se colocava cada vez mais como um liberal em termos econômicos e políticos, mas conservador em termos éticos e sociais. Segundo o jornalista Bernardo Kucinski:

O racismo de Paulo Francis atingiu povos mediterrâneos, negros e pobres de todos os tipos. Nordestinos. Tinha um forte conteúdo anglosaxônico, ou talvez calvinista. “Os portugas são mestres do ócio e da burrice”, disse dos portugueses. “Raça que... se não fazia jus a um forno crematório, certamente mereceria uma lixeira.”(...) “Deixei (que os japoneses me apertassem a mão) mas com leve repulsa.” (...) “É pouco provável que um filho do Nordeste, região mais pobre do país, vergonha nacional, saiba alguma coisa, pois vive no século XVI”. Em junho de 1994, descreveu o senador Ronaldo Aragão como um... mulato, feijão mulatinho... que parece descender do macaco certo (isto é, não de Lula). (JORGE, Fernando, 1996 *apud* KUCINSKI, 2000. Disponível em: http://kucinski.com.br/visualiza_noticia.php?id_noticia=407. Acesso em: 16 de junho de 2017)

²⁴ “Os direitos sociais são aqueles que têm por objetivo garantir aos indivíduos condições materiais tidas como imprescindíveis para o pleno gozo dos seus direitos. [...] Na sua grande maioria, os direitos sociais dependem de uma atuação do Estado, razão pela qual grande parte dessas normas é de eficácia limitada. Ainda, valem como pressupostos do gozo dos direitos individuais na medida em que cria condições materiais mais propícias ao aferimento da igualdade real, o que, por sua vez, proporciona condição mais compatível com o exercício efetivo da liberdade”. (PESSOA, Eudes Andre. *A Constituição Federal e os Direitos Sociais Básicos ao Cidadão Brasileiro*. IN: **ÂMBITO JURIDICO**, Rio Grande, 06 de Junho de 2017. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9623. Acesso em: 06 de junho de 2017.

Tendo apoiado Fernando Collor nas eleições de 1989 – ou seja, na primeira eleição direta após o término da ditadura militar – e “malhado” Lula de todas as maneiras, por quem sentia “certo asco”²⁵, Francis chegou a justificar a sua escolha por Collor por este candidato ser “alto, bonito e branco, branco ocidental”.²⁶

Por ora decidimos tratar Paulo Francis por um conservador liberal. Acreditamos que conservador liberal, porque defesas conservadoras mescladas a defesas liberais foram uma constante em seu pensamento no período em tela – embora Francis não possa ser considerado um teórico de fato, pois não produziu nada de original nestes termos – porém o polo do conservadorismo pesando sempre mais.

A seguir faremos uma breve análise do conservadorismo liberal de Paulo Francis enquanto escreveu sua coluna “Diário da Corte” no jornal *Folha de São Paulo* durante os anos da redemocratização brasileira (1979-1988).

Tempos de “Diário da Corte”

Após a decretação pelo governo militar do AI-5 (Ato Institucional nº5 – o mais repressor de todos os atos editados até então pelos militares) o jornalista Paulo Francis – à época considerado e visto como um jornalista de esquerda – passou algum tempo desempregado, foi preso quatro vezes por motivos insignificantes – um deles ser confundido como um dos sequestradores do embaixador americano Charles Elbrick sequestrado na verdade por Fernando Gabeira, Vladimir Palmeira e José Dirceu – até que em 1971 tomou a decisão definitiva de deixar o país, com a ajuda de uma bolsa recebida pela Fundação Ford.

Em 1975 começou a trabalhar no jornal *Folha de São Paulo*, primeiro como colaborador, depois como correspondente internacional a convite do jornalista Claudio Abramo – que naquele momento promovia uma grande reforma na *Folha*, “após ser contratado por (Otávio) Frias para pilotar a redação do jornal”. (GONÇALVES, 2008, p. 36) transformando-o nos anos seguintes no jornal de maior tiragem do país. Ali Francis escreveu uma coluna bissemanal apelidada

²⁵ Na entrevista ao programa Roda Viva da TV Cultura de 1994 Francis afirmou: “[...] o Lula não tem competência para dirigir. [...]Ele não tem condição nem para ser torneiro mecânico. Ele perdeu um dedo.” (FRANCIS, 1994. Disponível em: http://www.rodaviva.fapesp.br/materia_busca/35/francis/entrevistados/paulo_francis_1994.htm. Acesso em: 31 de julho de 2017)

²⁶ FRANCIS, Paulo. *Diário da Corte*. **FOLHA DE SÃO PAULO**, 27 de janeiro de 1990

pelo próprio Abramo de o “Diário da Corte”, no período que vai de 1975 a 1990.

Enquanto escreveu na *Folha* o jornalista Paulo Francis acompanhou mesmo a distância o processo lento e gradual de redemocratização brasileira, que tem início ainda em 1979 com a aprovação da Lei da Anistia, e culminaria com o fim do regime militar em 1985. Escrevendo de Nova York, mas com o olhar voltado para o Brasil, Francis fora influenciado por este processo e a consequente “recomposição das direitas em torno de um novo bloco econômico e político – o neoliberalismo”. (FRIDERICHES, 2016, p. 115) Segundo Friderichs (2016), a preocupação das classes empresariais neste momento era justamente que com a redação de uma nova Constituição e “um processo eleitoral mais amplo, seus interesses poderiam perder espaço frente a projetos ligados a grupos de esquerda”. (FRIDERICHES, 2016, p. 110) Com relação aos EUA, uma vez que o jornalista vivia em Nova York, mas, lançava seu olhar para o Brasil influenciado pelos acontecimentos políticos de ambos os países, o contexto é a eleição de Ronald Reagan (1981-1989) que segundo Robert Nisbet:

Deve ser considerada o toque final de uma estrutura conservadora que se formou ao longo de trinta anos e que não era só de caráter político, mas também cultural e intelectual com nomes de intelectuais notáveis, jornais de circulação e influência nacional, centros e institutos conservadores. (NISBET, 1987, p. 156)

A nova fase democrática do Estado brasileiro, também chamada de Nova República, teve como marco a elaboração e promulgação de uma nova Constituição no ano de 1988, por uma Assembleia Constituinte liderada pelo político Ulysses Guimarães – a quem Francis não poupava grossuras e polemismo, e o apelidou de velho Tuta, “em referência à múmia de Tutancâmon, para sublinhar a idade do líder do PMDB”. (SÁ, 2012, p. 316). Para Daniel Piza (2004):

Francis tinha a nítida sensação de que o Brasil estava escolhendo rumos inadequados em sua ânsia de democratização. Sobre a Constituinte de 1988, não poupou ataques. À parte grossuras, como a de dizer que o peemedebista Ulisses Guimarães tinha mal hálito, era capaz de juízos definitivos, como quando leu a Constituição promulgada no ano seguinte e decretou: ‘Acabei lendo a Constituição de 245 artigos. Os empreiteiros e senhores de terra levaram tudo que quiseram. O de costume’. (PIZA, 2004, p.84)

Alcunhada pelo próprio Ulysses Guimarães de “Constituição Cidadã”²⁷, “Constituição coragem”, “Constituição Federativa” e outros, a Constituinte de 1988 trouxe algumas novidades em seu texto, representando não só o retorno dos direitos civis e políticos (como definidos pelo sociólogo T. H. Marshall²⁸) como também a extensão dos direitos sociais. Em 1994, por conta do lançamento do livro escrito por Francis sobre o golpe militar, *Trinta anos esta noite*²⁹, o jornalista foi convidado a participar do programa *Roda Viva* da TV Cultura – programa em que personalidades importantes do mundo intelectual, político ou cultural são colocadas no centro de uma roda de debates. Num trecho da entrevista podemos supor que Francis não via com bons olhos o alargamento dos direitos democráticos, sobretudo, dos direitos sociais promovidos pela Constituinte de 1988, que implicam para sua efetivação uma maior intervenção estatal. Sobre o assunto declarou: “é evidente que essa constituição-Frankenstein tem que sofrer uma revisão. Isso é uma constituição absolutamente absurda, que não tem pé nem cabeça econômica no mundo de hoje”. (FRANCIS, 1994. Disponível em: http://www.rodaviva.fapesp.br/materia_busca/35/francis/entrevistados/paulo_francis_1994.htm. Acesso em: 31 de julho de 2017)

Com essa e outras declarações, foi possível constatar que Paulo Francis se colocou durante o período da redemocratização (a partir de 1979) como uma voz conservadora liberal³⁰ dentro do jornalismo produzido pela mídia hegemônica nacional³¹. Além de ter sido um crítico da Constituição de 1988, o jornalista também via com receio e certo horror a ascensão das massas ao novo processo

²⁷ GUIMARÃES, Ulysses. Discurso proferido na sessão de 5 de outubro de 1988. Câmara dos deputados. Escrevendo a História – Série Brasileira. P. 5. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/constituente-1987-1988/pdf/Ulysses%20Guimaraes%20-%20DISCURSO%20%20REVISADO.pdf/>.

²⁸ Thomas H. Marshall (1873-1982) foi um historiador e sociólogo britânico, que estudou principalmente o problema da cidadania e a relação entre a democracia econômica e a política. Ele argumentava que há uma contradição básica entre os direitos políticos dos cidadãos – tal como bem-estar – e a desigualdade de classe social, da forma modelada pelo capitalismo. A maneira como a desigualdade de classe afeta a democracia política e como esta ameaça a base da desigualdade de classe constituíram tema importante em sua obra, que é em geral considerada crucial para entender a cidadania como fenômeno social. (JOHNSON, 1997, 272)

²⁹ FRANCIS, Paulo. **Trinta anos esta noite: o que vi e vivi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. É neste livro que Francis traz algumas de suas opiniões sobre a democracia afirmando que “liberdade é mais importante que democracia” e que “não acredita em voto popular”. (PIZA, 2004, p. 98)

³⁰ O próprio Francis, nesta entrevista ao programa *Roda Viva* no ano de 1994, ao ser questionado sobre o seu posicionamento ideológico naquele momento, se assume como um liberal conservador.

democrático brasileiro, desejoso no fundo de ver conservado o poder das elites. O seu horror a políticos como Ulysses Guimarães e Luiz Inácio Lula da Silva, justamente se dava, porque estes representavam cada um à sua maneira, esta ascensão.

Tomando como referência o conceito de democracia tal como elaborado por Norberto Bobbio (1986), é correto afirmar que Francis não acreditava na democracia enquanto algo estritamente necessário para a conquista da liberdade. Para Bobbio “o estado liberal é o pressuposto não só histórico, mas jurídico do estado democrático”. (BOBBIO, 1986, p. 10) Em resumo, sem liberdade não há democracia, sem democracia não há liberdade.

Para o jornalista Paulo Francis a liberdade era extremamente necessária, mas a democracia era algo que ele detestava. O processo de democratização, em que o número de indivíduos com direito ao voto sofreu um progressivo alargamento inevitavelmente, segundo o jornalista, nivelava por baixo, ou seja, tinha um efeito contrário ao originalmente pretendido.³²

Ainda na mesma entrevista ao programa *Roda Viva* da TV Cultura, citada acima, o jornalista declarou:

eu prezo a democracia, prezo principalmente as liberdades públicas e sempre que há uma ditadura as liberdades públicas são prejudicadas. Eu, como jornalista, sou um acirrado defensor das liberdades públicas, mas o problema da democracia é que se formam esses blocos, você entende? Irredutíveis. Irracionais. [...] Quero deixar bastante claro que eu gosto de liberdade,

³¹ Após a morte de Assis Chateaubriand, a mídia nacional, passou a ser dominada por cinco famílias até os dias de hoje. Em São Paulo pela família Mesquita proprietária do grupo OESP e a família Frias proprietária do *Grupo Folha* que publica a *Folha de São Paulo*, no Rio pela família Marinho proprietária do jornal *O Globo* e pela “família Nascimento Brito proprietária do *Jornal do Brasil*, e ainda no Sul, a família Caldas Júnior. A configuração regional e as rivalidades duas a duas reproduzem a formação oligárquica oriunda do domínio agrário”. (KUCINSKI, 1991, p. 23)

³² A ideia de que para os conservadores a democratização tem um efeito contrário ao pretendido, foi tomada de empréstimo de Albert Hirschmann (1992). Para este autor, a retórica conservadora tem a cada nova “aquisição” revolucionária ou alargamento de direitos democráticos contra argumentado segundo três tipos de argumentos diferentes, mas complementares. Um destes argumentos é o da “tese da perversidade”, segundo a qual, no final das contas “todos os tiros saem pela culatra”, ou seja, “a tentativa de empurrar a sociedade em uma determinada direção fará com que ela efetivamente se mova, mas na direção contrária.” (HIRSCHMAN, 1992, p. 76) Dentro deste argumento a presença das massas tem um efeito perverso ou contrário ao inicialmente planejado. Ver HIRSCHMAN, Albert O. **A retórica da intransigência: perversidade, futilidade e ameaça**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992

democracia, e acho que todo mundo tem direito a votar. Agora, o Brasil você sabe perfeitamente que o voto de certos estados vale 200 votos do voto de um paulista. [...] É um absurdo o voto de um pernambucano valer muito mais do que de um paulista, porque: “one man, one vote” [um homem, um voto]. Democracia é isso. Um homem, ou uma mulher, no caso. (FRANCIS, 1994. Disponível em: http://www.rodaviva.fapesp.br/materia_busca/35/francis/entrevistados/paulo_francis_1994.htm. Acesso em: 31 de julho de 2017))

No trecho acima temos a opinião de Francis a respeito da sub-representação paulista na composição do Congresso Nacional, de maneira que a democracia e o voto popular no Brasil acabariam levando ao centro da política, em sua maioria, políticos oriundos das regiões mais atrasadas, como também formariam esses “blocos, irredutíveis, irracionais”, ou seja, produziriam um efeito indesejado e não previsto inicialmente. Para Francis o povo brasileiro não saberia votar, e principalmente o nordestino, por isto a sua descrença com relação ao voto popular.

O assunto liberdade-democracia se repete numa entrevista concedida ao jornalista Hamilton dos Santos, publicada no jornal *O Estado de São Paulo* no ano de 1994, também por conta do lançamento de *Trinta anos esta noite*. A certa altura da entrevista Francis afirma que

JK cometeu talvez um enorme erro como mostro no meu livro em fazer o PSD, partido majoritário no Congresso de que era líder votar em Castelo Branco. Digo “talvez” porque mais e mais me convenço que a modernização do Brasil é extremamente difícil em plena democracia. Gosto de liberdade. Posso viver sem democracia. (FRANCIS, Paulo. *Caderno 2. O ESTADO DE SÃO PAULO*, 19.03.1994)

Além de poder viver sem democracia, para o jornalista, certos indivíduos pertencentes à elite estariam naturalmente mais aptos a governar, e até a votar, mesmo após o liberalismo democrático ter implantado a igualdade jurídica em boa parte do mundo ocidental. Em uma de suas últimas colunas antes de falecer o jornalista escreveu:

Clinton é de família pobre, de gente que só começou a ter o direito de votar na primeira metade do século passado. Lembra certos senadores do nosso

sertão, que fazem poços de água para lavar cavalos, negando-a aos flagelados, ou compram votos para os filhos por R\$ 5,00 per capita. Mentalidade raspabarril. Antigamente nos EUA, só votava quem tinha propriedade e berço. Daí de Platão a Henry Adams se preferir uma república oligárquica à democracia representativa que, inevitavelmente, nivela por baixo. [...] Júlio César, que era um populista operacional, vinha de uma das mais antigas famílias romanas, era um patrício e membro da ordem equestre, o clube mais exclusivo de Roma. Até os tarados Nero e Calígula eram ultra bem-nascidos, ainda que às vezes fruto de incesto, que acontece nas melhores famílias. O império Romano durou 2 mil anos. (FRANCIS, Paulo. *O diário da Corte*. O ESTADO DE SÃO PAULO, 30 de janeiro de 1997)

Por fim resta dizer que também havia no jornalista Paulo Francis um horror à democratização da cultura e um forte saudosismo de uma época cultural anterior. Como bem notou Piza (2004) o jornalista foi um comentarista que via “uma decadência cultural no mundo”. (PIZA, 2004, p. 99) Este ponto é muito repetido em vários momentos em seu “Diário da Corte” tanto na *Folha de São Paulo* quanto no *O Estado de São Paulo*. Assim escreveu o jornalista:

No início do século (XX) quando Ruy Barbosa entediava os participantes da Conferência de Haia, falando com sotaque baiano mais de vinte línguas, *things were cooking* em Paris, “as coisas ferviam”, como talvez nunca dantes, a não ser na Renascença, de Petrarca e Leonardo, e talvez nunca mais. Considerem que se conheciam e se frequentavam Picasso, Cézanne, Matisse, Braque; recebidos em *salon* por Gertrude Stein e seus talentosos irmãos Leo e Michael; que Proust e Joyce se encontraram uma vez, Joyce reclamando da vista e Proust do estômago. (FRANCIS. Paulo. *Diário da Corte*. O ESTADO DE SÃO PAULO, 3.03.1991)

A seguir faremos uma breve análise do conservadorismo liberal de Paulo Francis, enquanto escreveu sua coluna “Diário da Corte” no jornal *O Estado de São Paulo*, (1996-1997), e sofria a iminência de ser processado pelos diretores da Petrobrás, nos seus quatro últimos meses de vida.

A polêmica com os diretores da Petrobrás

O jornalista Paulo Francis foi colunista no jornal *Folha de São Paulo* durante 15 anos de sua carreira, de 1975 a 1990. Após o seu desentendimento e desgaste público com o *ombudsman* Caio Túlio Costa, e uma certa incompatibilidade com a direção da *Folha*, Francis acaba aceitando:

o convite do rival *O Estado de São Paulo* e o “Diário da Corte” muda de endereço a partir de dezembro de 1990. [...] A mudança foi fruto de longas negociações que se arrastaram por quase um ano e envolverem até o diretor-responsável Júlio de Mesquita Neto. [...] Grande alarde foi feito pelo Estadão da sua nova contratação e até o suposto salário acabou vazando pela imprensa: por volta de US\$ 15 mil. [...] (NOGUEIRA, 2010, p. 60)

A polêmica com “os sete diretores da Petrobrás, liderados pelo então presidente, Joel Rennó”³³, tem início no final de outubro de 1996 quando Francis sem aviso prévio, no programa *Manhattan Connection* do canal GNT, acusa a diretoria da Petrobras de fazer parte de um esquema de desvio de recursos, mantendo contas em paraísos fiscais. Segundo o também jornalista Lucas Mendes que dividia com Francis a mesa de jornalistas que compunham o programa juntamente com Caio Blinder e Nelson Motta – a denúncia foi feita como transcrito a seguir:

Francis: - Os diretores da Petrobras todos põem o dinheiro lá...(Suíça) tem conta de 60 milhões de dólares...

Lucas: - Olha que isso vai dar processo...

Francis: - É...um amigo meu advogado almoçou com um banqueiro suíço e eles falaram que bom mesmo é brasileiro (...) que coloca 50 milhões de dólares e deixa lá.

Lucas: - Os diretores da Petrobras tem 50 milhões de dólares?

Francis: - Ahh é claro... imaginem... roubam... superfaturamento...é a maior quadrilha que já existiu no Brasil. (MENDES, Lucas, 2014. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141128_lucas_francis_petrobras. Acesso em: 01 de agosto de 2017).

³³ BASSO, 2014. Disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/justica-paulo-francis-ainda-que-tardia-21469/>. Acesso em: 01 de agosto de 2017

Na imprensa escrita a polêmica tem início no “Diário da Corte” de 05 de dezembro de 1996 em que Francis inicia seu texto da seguinte maneira:

Diretores da Petrobrás me processam por US\$ 100 milhões. Devem achar que tenho acesso irrestrito ao Tesouro, como eles. Os US\$ 100 milhões em soam como o 13º dos diretores da empresa. [...] É evidente que toquei num nervo da Petrossauro. Mais evidente que querem me intimidar. Waal, comecem as investigações. Fiquem sintonizados neste espaço. (FRANCIS, Paulo. *O diário da Corte*. O ESTADO DE SÃO PAULO, 05.12.1996)

Em seguida na mesma coluna, com o subtítulo *Liberdade, Liberdade* prossegue sobre o assunto defendendo uma das premissas mais básicas do credo liberal, a liberdade de expressão:

É o maior assalto perpetrado à liberdade de imprensa no Brasil. Se o processo seguir o curso previsto, ficarei arruinado e teria, no mínimo, meus bens tomados pela Justiça. O objetivo do processo é calar minhas críticas a Petrobrás. *Manhattan Connection* é um programa muito visto no Brasil. Por que não sou processado no Brasil? Meus ataques não difamam diretores da Petrobrás juntos aos brasileiros? Por quê? Só há uma hipótese. Os diretores tem consciência de que a maioria das pessoas proteinizadas no Brasil concorda com minhas opiniões, e sentem que seria inútil convencê-las do contrário. (FRANCIS, Paulo. *O diário da Corte*. O ESTADO DE SÃO PAULO, 29.12.1996)

De fato Francis vinha fazendo verdadeira campanha contra a Petrobrás havia algum tempo. A partir de 1992, do ex-ministro Roberto Campos apropriou-se “da expressão irônica, ‘Petrossauro’” (PETRIK, 2006, p. 72), e passou a defender reiteradamente a privatização da empresa juntamente com a abertura (ele usa muito o termo prospecção) do mercado brasileiro e de outras estatais como a Vale do Rio Doce. O economista Roberto Campos³⁴ nesta época “tornar-se-ia quase uma espécie de guru para Francis que o referenciava para pautar diversos

³⁴Campos também estava fazendo basicamente a mesma coisa que Francis, falava muito mal da Petrobras e desmoraliza a empresa por completo no período como ser visto nas suas colunas no período no Estadão.

temas relacionados à economia”. (BATISTA, 2015, p. 210) Podemos considerar o economista e ex-ministro do planejamento no governo Castelo Branco um ex-desafeto³⁵ e uma referência importante com quem Francis irá dialogar bastante na década de 1990. Novamente na entrevista concedida em 1994 para o programa *Roda Viva* da TV Cultura Francis afirma que

Todo o país do mundo está se privatizando, a economia está. (...) Eu, quando estava lendo, não me lembro, é até ironia, eu estava lendo as últimas da URV [Unidade Real de Valor] e não sei o quê, no *Financial Times*, um jornal inglês, que cuida muito do Brasil, estava uma página de anúncio da Hungria vendendo todas as estatais. [...] Eu, por exemplo, conheci intimamente alguns diretores da Petrobrás. Não há maneira possível da Petrobrás dar lucro, não há maneira possível porque o óleo explorado, existe o óleo no Brasil que, se explorado, com os preços atuais do mercado, a exploração custaria três vezes o que eles poderiam vender no óleo. E por aí vão as estatais todas. Mas, enfim, isso é um assunto imenso. (FRANCIS, Paulo, 1994. Disponível em: http://www.rodaviva.fapesp.br/materia_busca/35/francis/entrevistados/paulo_francis_1994.htm. Acesso em: 31 de julho de 2017)

O jornalista Paulo Francis além de defender uma presença mínima do Estado e o fim de todas as estatais brasileiras como exposto no trecho acima, também “julgava a justiça social um conceito desprovido de significação” – definição dada por Merquior a todos os neoliberais “hayekianos”. (MERQUIOR, 1991, p. 218) Este ponto fica mais claro no trecho a seguir:

Mogadon³⁶ tem um estudo-discurso sobre imposto de renda negativo e garantia de renda mínima para os destituídos. [...] Junto recebo um livro chamado *Real freedom for all* de Phillip Van Parijs³⁷ – catedrático de economia e ética da Universidade Católica de Louvain. Há coisas no livro que raramente

³⁵ Durante anos (décadas de 1960-70 principalmente) o economista Roberto Campos foi alvo de críticas ácidas do jornalista, como compara-lo à própria figura do diabo, com muito polemismo e insultos, e sendo um dos “pontos de destaque das críticas à ditadura” enquanto Francis escreveu no jornal *Correio da Manhã*. (BATISTA, 2015, P. 105)

³⁶ Apelido dado por Francis para o então senador Eduardo Suplicy.

³⁷ Philippe Van Parijs é um filósofo e economista político belga, conhecido como proponente e principal defensor do conceito da renda mínima. (Fonte: Wikipedia)

são vistas no Brasil, uma consideração das ideias sociais de Jonh Rawls e Ronald Dworkin, por exemplo. Mas é a velha história de sempre. Van Parjs é contra o socialismo coercitivo, mas quer um mínimo de renda a quem não consegue sobreviver no mercado. O problema é que este mínimo, se imposto em economias subdesenvolvidas só pode ser imposto coercitivamente. Seus efeitos são invariavelmente o oposto do pretendido. Se queres um monumento olha o INSS. (FRANCIS, Paulo. *O diário da Corte*. O ESTADO DE SÃO PAULO, 12.12.1996)

Nas frases acima “seus efeitos são invariavelmente o oposto do pretendido. Se queres um monumento olha o INSS”, temos um argumento conservador e reacionário de Francis tal como definido por Hirschmann (1992) e já comentado mais acima, em que a ação pretendida levará a resultados opostos aos inicialmente desejados. Além disto, quando Francis afirma “que este mínimo (de renda), se imposto em economias subdesenvolvidas só pode ser imposto coercitivamente”, está fazendo uso de mais um argumento conservador e reacionário, neste caso, aquele que Hirschmann (1992) chama de “tese da ameaça” onde se “assevera que a mudança proposta ainda que talvez desejável em si, acarreta custos ou consequências inaceitáveis de um ou outro tipo”. (HIRSCHMANN, 1992, p. 73) Em outras palavras uma nova conquista – que no caso seria a renda mínima, mas também poderia ser a ampliação dos direitos sociais – estaria destruindo ou acarretando a supressão de uma conquista mais antiga – no caso a liberdade.

Conclusões

O conservadorismo, desde a sua origem em reação ao liberalismo e os acontecimentos que levaram à Revolução Francesa, enquanto algo consciente e reflexivo, portanto diferente do mero tradicionalismo, se modificou muito ao longo do século XX. Como toda forma ou *estilo* de pensamento, na definição de Mannheim, o conservadorismo não é estático, mas móvel e se modificou, provavelmente, à medida que as classes ou grupos sociais que o “portavam” também se modificaram.

Tanto o liberalismo clássico quanto o conservadorismo clássico sofreram inflexões - nos termos de Merquior -, a partir do início do século XX, sem contar a diferença básica entre o conservadorismo surgido nos EUA com a “Old Right” e o surgido anteriormente na Europa, após a Revolução Francesa como já foi dito.

Sem dúvida, durante os anos da democratização (a partir de 1979) Paulo Francis adaptou um tipo de conservadorismo americano economicamente liberal a outro tipo de conservadorismo, provavelmente europeu, “demofóbico” e aristocrático, para interpretar, principalmente, as questões nacionais. É muito provável que o jornalista não visse com bons olhos o alargamento dos direitos democráticos, sobretudo, dos direitos sociais promovidos pela Constituinte de 1988, porque estes implicavam para sua efetivação uma maior intervenção estatal.

Mais tarde, em finais da década de 1990, enquanto sofria a iminência de ser processado pelos diretores da Petrobrás, novamente o conservadorismo liberal de Paulo Francis se faz perceber. Foi quando o jornalista defendeu fervorosamente a liberdade de expressão – um pressuposto básico do credo liberal – ao mesmo tempo em que via sem significação o conceito progressista de garantia de renda mínima, porque, em sua visão, este suprimiria a própria liberdade. Desta forma, não é impróprio afirmar que Francis foi uma importante voz conservadora liberal dentro do jornalismo produzido pela mídia hegemônica nacional no período que vai de finais da década de 1970 até finais da década de 1990.

Referências

AGUIAR, Thaís Florencio de. **A Demofobia na Democracia Moderna**. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 54, nº4, 2011, p. 609-650

BATISTA, Alexandre Blankl. **Do trotskismo ao ultraliberalismo: a trajetória de Paulo Francis na imprensa brasileira (1962-1997)**. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em História, Porto Alegre: RS, 2015

_____. **A hegemonia ultraliberal no Brasil e o discurso privatista de Paulo Francis no jornal O Estado de São Paulo (1991-1997)**. In: MARX E O MARXISMO (NIEP): Insurreições, passado e presente, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2015a, p. 1-17

_____. **A trajetória de Paulo Francis na imprensa brasileira: da Última Hora até O Estado de São Paulo**. In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: lugares dos historiadores, velhos e novos desafios, 27 a 31 de julho de 2015 b. Anais... Florianópolis, p. 1-11

_____. **Notas sobre a atuação de Paulo Francis no jornal Folha de São Paulo (1975-1990)**. In: COMUNICAÇÃO & MERCADO, n. 02 - edição especial, vol. 01, nov. 2012, Dourados: UNIGRAN, 2012, p. 46-55

FRANCIS, Paulo. **Memória Roda Viva** – Entrevista concedida em 30 de outubro de 1994. Acesso em: 15 de fevereiro de 2017. Disponível em: http://www.rodaviva.fapesp.br/materia_busca/35/francis/entrevistados/paulo_francis_1994.htm.

FRIDERICHES, Lidiane Elizabete. **A importância dos Think Thanks para a divulgação do neoliberalismo no Brasil**. In: FACES DE CLIO – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFJF, v. 2, n. 4, jul/dez. 2016.

GONÇALVES, Marcos Augusto (Org.). **Pós-tudo: 50 anos de cultura na Ilustrada**. São Paulo: Publifolha, 2008

HIRSCHMANN, Albert O. **A retórica da intransigência: perversidade, futilidade e ameaça**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. 1º ed. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1991

_____. **O método Paulo Francis**. In: CHIAPPINI, Ligia. DIMAS, Antonio. ZILLY, Berthold (Orgs.) Brasil, país do passado? São Paulo Edusp: Boitempo, p. 276-285, 2000. Disponível em: http://kucinski.com.br/visualiza_noticia.php?id_noticia=407. Acessado em: março de 2016

MANNHEIM, Karl. **O pensamento conservador**. In: MARTINS, José de Souza (Org.). Introdução crítica à Sociologia Rural. São Paulo: Hucitec, 1981.

MARCHIORI NETO, Daniel; FERRI, Lena Caroline. **Uma teoria conservadora de democracia? Aportes para um diálogo entre Michael Oakeshott e Joseph Schumpeter**. In: DIREITO, ESTADO E SOCIEDADE, n.46, p. 101 a 120, jan/jun, 2015

MERQUIOR, José Guilherme. **O liberalismo: antigo e moderno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

NISBET, Robert. **O conservadorismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1987

NOGUEIRA, Paulo Eduardo. **Paulo Francis: polemista profissional**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

PIZA, Daniel. **Paulo Francis: Brasil na cabeça**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

PETRIK, Manuel. **O Duelo Verbal: um estudo sobre o polemista no jornalismo**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Porto Alegre: RS, 2006

RODRIGUES, Leandro Garcia. **Cartas que Falam - Ensaios sobre Epistolografia**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2016.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. **Edmund Burke e a gênese do conservadorismo**. In: SERV. SOC., São Paulo, n. 126, p. 360-377, maio/ago. 2016

STERZI, Eduardo. **A dialética da impiedade: Paulo Francis**. Jornal da Universidade (UFRGS), Porto Alegre, v. 28, 2000.

VICENT, Andrew. **Ideologias políticas modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995

Fontes – Periódicos

Folha de São Paulo – São Paulo – Edições esporádicas entre 1977-1990

O Estado de São Paulo – São Paulo – Edições esporádicas entre 1990-19